



**iTC - Iniciativa para Terras
Comunitárias**

**Experiências da iTC no
processo de delimitação e
demarcação de terras
comunitárias**

**Reunião da DNTF sobre
Delimitações em Nampula**

Março de 2010

Este relatório contém 21 páginas

iTC- Experiências no processo de delimitação e demarcação de
terras comunitárias.doc

© 2010 A KPMG International é uma cooperativa suíça, da qual todas as firmas da KPMG fazem parte. A KPMG International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma-membro constitui uma entidade legal independente e distinta, e cada uma se descreve como tal (p.ex., KPMG Auditores e Consultores, SARL, uma sociedade anónima Moçambicana, é firma-membro da KPMG International.) Todos os direitos reservados.

INDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	ABORDAGEM	2
3	EXPERIÊNCIAS DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO E DE DELIMITAÇÃO DA ITC	3
4	CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS	11
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
	ANEXOS	14

Lista de Tabelas

Tabela 1: Delimitação de Terras Comunitárias em Manica e Cabo Delgado	3
Tabela 2: Demarcações de áreas para Associações Comunitárias em Gaza	4
Tabela 3: Ilustração do Processo de Demarcação de Terra Comunitária - ACOSADE em Chidenguele, Manjacze, Província de Gaza.....	6
Tabela 4: Fases do processo de Delimitação segundo a experiência da iTC nas Província de Manica e Cabo Delgado	8
Tabela 5: Resumo das Experiências da iTC na demarcação de terras em Gaza	14
Tabela 6: Resumo das Experiências da iTC na delimitação de terras em Manica.....	15
Tabela 7: Resumo das Experiências da iTC na delimitação de terras em Cabo Delgado.....	17

1 Introdução

A KPMG Auditores e consultores, SA, em parceria com o NRI – Instituto de Investigação dos Recursos Naturais da Universidade de Greenwich em Londres – Reino Unido, é gestora do projecto ‘Iniciativa para Terras Comunitárias’ (iTC) nas províncias de Manica, Gaza e Cabo Delgado.

O projecto é financiado por um grupo de doadores liderados pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico – DFID e incluem a Embaixada do Reino dos Países Baixos (RNE), a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), a Agência Irlandesa de Cooperação e Desenvolvimento (DCI), a Agência Sueca de Desenvolvimento e Cooperação Internacional (SIDA) e a Embaixada da Dinamarca (DANIDA).

Desde Julho 2009 a KPMG também gere o projecto da iTC para as províncias de Nampula, Niassa e Zambézia financiado pelo MCA

A iTC foi concebida na base das experiências e lições do Projecto de Desenvolvimento Agrícola da Zambézia (ZADP), implementado pela Visão Mundial, com o financiamento do DFID, entre 1998 a 2003. Em consonância com a Lei de Terras, no final do projecto ZADP, foi proposto que o registo de terras e recursos naturais comunitários deveriam ser financiados através de fundos provenientes de vários doadores, para poderem ser solicitados e usados pelas comunidades rurais.

Em consonância com a Lei de Terras, no final do projecto ZADP, foi proposto que o registo de terras e recursos naturais comunitários deveriam ser financiados através de fundos provenientes de vários doadores, para poderem ser solicitados e usados pelas comunidades rurais. O projecto foi concebido como forma de tornar as delimitações/demarcações de terras orientadas pela demanda comunitária, reduzir custos, melhorar a prestação de serviços, criar um mercado competitivo para o sector privado e ONGs e criar oportunidades de desenvolvimento e de parcerias com o sector privado pelas comunidades, promovendo deste modo a posse segura da terra pelas comunidades.

Este documento apresenta as experiências da iTC nas áreas de delimitação e demarcação de terras comunitárias nas províncias de Cabo Delgado, Gaza e Manica, com ênfase nas questões sobre capacidade humana e técnica, custos, tempo e mecanismos requeridos, bem como os desafios institucionais, conforme os termos de referência solicitados pela DNTF.

2 Abordagem

O objectivo fundamental da iTC é fortalecer a capacidade e os direitos das comunidades rurais nas províncias de Manica, Gaza e Cabo Delgado para assegurar a posse da terra e recursos naturais, bem como a sua gestão e utilização sustentável, com vista a contribuir para a redução da pobreza absoluta e crescimento económico no meio rural.

A abordagem inicial da iTC era orientada pela demanda comunitária. No entanto, a experiência e resultados alcançados nos primeiros dois anos de implementação das actividades e segundo a recomendação de uma missão de apoio¹ encomendada pelos doadores, mostrou que a par da abordagem original da iniciativa, a iTC poderia incrementar as actividades através de maior preparação das comunidades e introdução de novas categorias de financiamento. Esta nova abordagem² consiste em criar maior apropriação dos projectos pelas comunidades com recurso a preparação social.

Desde então que as actividades incluem: (i) o estabelecimento de uma agenda com prioridades de desenvolvimento comunitário integradas; (ii) trabalho em áreas com potencial para conflitos (*hot spot*), (iii) maior procura de potenciais parcerias e sinergias e (iv) alocação de *small grants* Com o intuito de ajudar a iniciar e incentivar a participação comunitária nas actividades produtivas

As actividades da iTC são implementadas através de provedores de serviços com o envolvimento das comunidades beneficiárias. Estas actividades podem ser resumidas nas seguintes categorias:

- Delimitação e aquisição de certificados para grupos comunitários;
- Demarcação e aquisição de DUAT para Associações Comunitárias;
- Registo e legalização de Associações Comunitárias e de Comitês de gestão de RN;
- Capacitação de associações comunitárias e de Comitês de Gestão de RN;
- Promoção da produção agrícola;
- Promoção de empreendimentos comunitários como turismo comunitário, e outras actividades de geração de rendimento (ex., Apicultura, artesanato e corte e costura);
- Elaboração de planos de negócios e de manejo de terras e recursos naturais;
- Resolução de conflitos;
- Planificação do uso sustentável da terra e recursos naturais; e
- Capacitação das comunidades/associações e de Provedores de Serviço para melhor apoio e realização dessas actividades.

Todas as actividades acima indicadas são tendentes a promover as delimitações e demarcações e acima de tudo promover o uso e aproveitamento da terra e outros recursos naturais.

¹ 'Strategic Analysis to Reinforce the Iniciativa para Terras Comunitárias' elaborado por Graham Boyd & André Calengo, de Julho de 2008.

² 'Proposal for the Implementation of the New Approach to iTC Activities' elaborado pela iTC/KPMG/NRI de Setembro de 2008.

3 Experiências do Processo de Demarcação e de Delimitação da iTC

Os casos de demarcação e delimitação de terras, no âmbito das intervenções da iTC que se apresentam de seguida são, em termos do tamanho da amostra, não muito significantes para tirar conclusões definitivas relativamente aos custos, meios e a duração do processo de tramitação, mas tem implicações importantes.

Os custos técnicos e a duração dos processos de tramitação variam muito e dependem igualmente da extensão e localização geográfica da parcela na província. Todavia, os dados a serem apresentados são precisos no que diz respeito às instituições envolvidas e etapas a seguir.

A iTC registou, durante os primeiros 4 anos experiências diferentes no processo de legalização de terras comunitárias. Por exemplo, a província de Gaza registou um maior número de processos de demarcação de terras para associações enquanto que as províncias de Manica e Cabo Delgado, observou maioritariamente processos de delimitação.

As tabelas que se seguem abaixo resumem as situações de delimitações e demarcações feitas pela iTC até Dezembro de 2009.

Tabela 1: *Delimitação de Terras Comunitárias em Manica e Cabo Delgado*

Projecto	Área (ha)	Situação (Dezembro 2009)
Comunidade de Nauranga, (Gondola, Manica) ORAM	9,815 ha	Entregue ao SPGC (18/8/09), corrigido, e submetido ao Ministro de Agricultura (21/10/09)
Comunidade de Mpunga, (Sussundenga Manica)	14,700 ha	Pronto para ser submetido ao SPGC
Chapa-Sede (Mueda, Cabo Delgado)	78.857 ha	Documentos entregues ao SPGC (9/06/09 ainda sem resposta, mas enviados ao Ministério de Agricultura
Lipelua (Mueda, Cabo Delgado)	14.577 ha	Documentos entregues ao SPGC (9/06/09 ainda sem resposta, mas enviados ao Ministério de Agricultura
Nanhala (Mueda, Cabo Delgado)	13.000 ha	Documentos entregues ao SPGC (9/06/09 ainda sem resposta, mas enviados ao Ministério de Agricultura

Tabela 2: Demarcações de áreas para Associações Comunitárias em Gaza

Projecto	Numero e área das Demarcações	Data de entregue as SPGCs	Títulos emitidos
Bahule – Chidenguele ACOSADE	1 x 20 ha	28/5/08	DUAT emitido
Assoc Eduardo Mondlane, Chibuto	1 x 500 ha	25/5/09	DUAT emitido
ORAM 14 associações em Manjacaze, Guija, Chibuto	14 demarcações feitas = 547 ha	Junho 2009	Sem resposta
Chidenguele e Nguzene AGRIPRINA	3 demarcações = 925 ha	3 Julho 2009	Sem resposta
Zona tampão do PNL – ORAM	1 x 10 ha	Julho 2009	Sem resposta

Nas secções que se seguem apresentamos em detalhe as duas experiências.

3.1 Experiência do Processo de Demarcação na Província de Gaza

A procura de demarcações, obtenção de DUATs, legalização e fortalecimento das associações comunitárias de base, tem sido a foco dos serviços prestados pela iTC pelas comunidades rurais na província de Gaza. Com efeito, foram aprovados e financiados 7 projectos que visam legalizar, demarcar e obter DUATs para 21 associações comunitárias, o que corresponde a uma área total de 2,102.8 ha. Estes projectos beneficiaram 3,268 membros das referidas associações.

Dos 21 processos em tramitação, apenas duas (2) associações lograram obter DUATs emitidos pelas autoridades da província de Gaza. Note-se que os projectos referentes a estes processos em tramitação foram aprovados entre os meses de Março e Abril de 2008. Como tal, podemos considerar que os processos de emissão de DUATs e certificados estão atrasados e sobre eles deve ser tomada decisão imediata, pois o que tem que ser feito está fora do controle da iTC. No entanto, há que reconhecer que em alguns casos o atraso deve-se em parte à necessidade de legalizar primeiro às associações requerentes. Em outros casos, os membros das associações não

possuíam Bilhetes de Identidade, tendo assim agravado o atraso do processo de tramitação.

Para além do processo de legalização da terra ser moroso - devido ao envolvimento de várias instituições- ele é também oneroso. Dos processos submetidos na província de Gaza estima-se que sejam necessários em média 8.720,11 MT (aproximadamente, USD 300.0³) para demarcar 1 (um) ha de terra.

Os custos aqui reportados dizem respeito apenas ao processo de aquisição de DUAT que observa os seguintes passos:

- Reconhecimento: os custos incorridos referem-se a ajudas de custo e Transporte para o técnico do SDAE
- Consulta comunitária: referem-se a emolumentos, incentivo às comunidades, ajudas de custo para o Administrador distrital e 2 técnicos do SDAE e transporte.
- Demarcação: referem-se a custos de aluguer de equipamento, transporte, materiais de demarcação e honorários e ajudas de custo para o agrimensur e provedor de serviços.

Para a realização de algumas consultas comunitárias houve demoras devido a sobrecarga de agenda dos Administradores distritais.

Apesar das campanhas de divulgação das leis agrárias promovidas por organizações da sociedade civil, ainda nota-se um fraco conhecimento da legislação pelas comunidades rurais. É importante frisar que há ainda necessidade de encontros de sensibilização antes da tramitação processual para a sua legalização e aquisição de DUAT, o que contribui para retardar o processo. Este facto suscita a necessidade de uma maior disseminação da lei o que poderá passar por uma nova e massiva campanha de divulgação da lei de terras e de outros recursos naturais.

A iTC observou igualmente a falta de experiência de alguns provedores de serviço na tramitação de um processo para a legalização de associações e obtenção de DUAT. Isto também contribuiu para os atrasos verificados na organização dos beneficiários, especialmente no que se refere a escritura pública para a legalização das associações. Do mesmo modo, foi notória uma fraca capacidade de mobilização e diálogo dos provedores de serviços com os beneficiários.

Algumas organizações da sociedade civil que colaboram com a iTC na província de Gaza referem-se que os funcionários do Estado normalmente agem mais como Facilitadores dos investidores, que das comunidades ocultando as oportunidades de negociação de parcerias entre estes actores.

A Tabela 3 ilustra o processo de tramitação de uma demarcação indicando as instituições envolvidas bem como o tempo levado para o seu despacho.

³ Ao cambio de 29,00 MT por Dólar Americano.

Tabela 3: *Ilustração do Processo de Demarcação de Terra Comunitária - ACOSADE em Chidenguele, Manjacze, Província de Gaza*

No	Entidade	Data de Entrada	Data de Saída	Duração
1	Comunidade/Consulta	28/05/2008	28/05/2008	01 dia
2	Governo Distrital (SDAE e Administrador)	28/05/2008	20/02/2009	09 Meses
3	BAU Xai-Xai	02/03/2009	14/03/2009	12 dias
4	DPA/Recepção/Abertura do processo	14/03/2009	01/04/2009	17 dias
5	DPA/SPGC	01/04/2009	01/04/2009	01 dia
6	DPA/SPA	01/04/2009	20/04/2009	19 dias
7	DPA/SPGC	21/04/2009	21/04/2009	01 dia
8	DPA/Gabinete Director	21/04/2009	10/07/2009	40 dias
9	Gabinete Governador	10/07/2009	14/07/2009	04 dias
10	Entrega do DUAT ao proponente - ACOSADE	17/07/2009		03 dias
11	Total	1 ano e 1 semana		

Os dados acima apresentados referem-se somente a um dos dois processo de demarcação com o DUAT já emitido. Como foi acima referido ainda estão em tramitação 19 DUATs em diferentes fases.

Da experiência acima descrita pode dizer-se que segundo a duração do expediente em cada uma das instituições envolvidas, a maior demora foi observada ao nível distrital e na DPA com 9 meses e 66 dias, respectivamente. Apesar desta demora, é importante notar que o processo foi prontamente assinado nos SPGC e no gabinete do Governador onde levou apenas 4 dias. Estes dados sugerem ter havido dificuldades na tramitação e despacho do processo no distrito e na Direcção Provincial da Agricultura.

No que concerne a demarcação de terras, é importante realçar que devido à dimensão das áreas demarcadas, particularmente as de dimensão menor que 1000 ha, todos os processos de aquisição de DUATs foram tramitados ao nível provincial. Assim, não foi possível documentar algum caso cuja tramitação esteja sujeita a aprovação a nível central considerando que a Lei de Terras estipula que a emissão de títulos de DUATs acima de 1000 ha é de competência central. Igualmente, não é possível dizer se teria ou não atrasado ainda mais o despacho dos pedidos em tramitação em função da emenda do artigo 35 da Lei de Terras (que estipula que a aprovação de delimitações acima de 1000 há e também da competência central), porque a iTC não fez novas delimitações de terras comunitárias na província de Gaza.

Todavia, vale referir aqui que a iTC apoia uma comunidade com Certidão da posse já emitida na base de uma delimitação (Canhane no Distrito de Massingir). A iTC também apoiou zoneamentos de áreas de utilização comunitária dentro do Parque Nacional de Limpopo, terras onde não é possível a emissão de Títulos ou Certidões de DUAT, em virtude se localizarem

numa área de conservação. No entanto, esses casos mostram a importância do processo técnico e participativo da delimitação na prevenção de conflitos, na valorização das terras e recursos naturais e no estabelecimento de projectos produtivos pelas comunidades.

3.2 Experiência do Processo de Delimitação nas Províncias de Manica e Cabo Delgado

No contexto da delimitação, a iTC nas províncias de Cabo Delgado e Manica iniciou 16 processos de delimitação de terras comunitárias, sendo 8 para Manica e 8 para Cabo Delgado. A delimitação é tido com um processo participativo e como tal o envolvimento da comunidade é crucial em todas as etapas. As experiências da iTC na delimitação de terras comunitárias mostra que é uma actividade muito importante, pois permite um maior conhecimento dos recursos naturais existentes e possibilita uma planificação e uso sustentável dos mesmos pelas comunidades. A delimitação deveria constituir um factor de maior segurança de posse através da emissão de um certificado, apesar de até ao momento nenhum processo de delimitação submetido pela iTC tenha resultado não emissão do certificado. De acordo com a legislação de terras, a delimitação é realizada quando hajam 3 circunstâncias, nomeadamente: (1) zona potencial para conflitos; (2) a pedido da comunidade, e (3) quando existem planos de investimento.

Os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro são os responsáveis pela oficialização do processo de delimitação e este envolve diferentes etapas, que resumidamente são apresentadas na Tabela 4 que se segue.

Tabela 4: *Fases do processo de Delimitação segundo a experiência da iTC nas Província de Manica e Cabo Delgado*

Fases do processo de delimitação	Objectivo
Encontro com Administração, chefes da localidade/posto e comunidades abrangidas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e planificação das actividades do processo de delimitação
Encontro com a comunidade abrangida e comunidades vizinhas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das actividades; • Divulgação das vantagens de delimitação; e • Divulgação das leis de terras e ambientais.
Diagnostico Rural Participativo	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento integrado da comunidade com base no conhecimento dos líderes e dos membros da comunidade (inclui identificação de limites naturais da comunidade e característica social da comunidade).
Georeferenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento das coordenadas geográficas dos limites da comunidade (processo acompanhado pelos líderes da comunidade abrangida e das comunidades vizinhas).
Elaboração de Mapa	<ul style="list-style-type: none"> • Passagem das coordenadas

Fases do processo de delimitação	Objectivo
	geográficas para o mapa e digitalização do primeiro esboço do mapa.
Devolução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o primeiro esboço do mapa às comunidades (comunidades vizinhas também devem estar presentes).
Devolução final	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do mapa final da comunidade abrangida.
Tramitação	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção da Certidão oficiosa
Encontro com Administração, chefes da localidade/posto e comunidades abrangidas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e planificação das actividades do processo de delimitação.
Encontro com a comunidade abrangida e comunidades vizinhas	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das actividades; • Divulgação das vantagens de delimitação; e • Divulgação das leis de terras e ambientais.

Dada a fraca capacidade de provisão de serviços existente na área de agrimensura ao nível das três províncias, a iTC tem financiado a capacitação de técnicos dos provedores de serviço em matéria de mapeamento comunitário, utilização de GPS e Georeferenciamento através dos cursos realizados na INFATEC. Estas formações permitem aumentar a capacidade técnica para implementação das actividades do processo de delimitação e desse modo responder prontamente à demanda comunitária.

A emenda ao artigo 35 do anexo técnico da lei de terras, trouxe desafios para o processo de delimitação de terras ao nível das províncias da iTC. Na altura da emenda, muitos dos processos de delimitação estavam na sua fase final e como tal tiveram que ser ajustados para enquadrá-los aos requisitos da emenda. Por outro lado, no que se refere as delimitações e tendo em consideração ao facto de que a emenda exige a elaboração de um plano de exploração/de manei/negócio ou ainda um inventário florestal por parte das comunidades, o processo torna-se mais caro tornando ainda mais moroso. Todavia, apesar de moroso e caro, o procedimento permite identificar as reais potencialidades e recursos que se pretendem efectivamente delimitar e usar, potenciando deste modo o desenvolvimento económico local.

A iTC acredita que a emenda ao artigo 35 abre uma oportunidade para a consolidação da abordagem participativa da iTC, que é a preparação social, dentro da dinâmica gerada à volta do processo de delimitação de terras comunitárias. É natural que há desafios que deverão ser enfrentados, novos conceitos definidos e prioridades estabelecidas em função deste quadro regulador. O processo de preparação social para além de produzir agendas comunitárias pode culminar com a delimitação de terras, uma vez que este processo de preparação social inclui algumas fases do processo de delimitação.

Os 16 processos da delimitação nas províncias de Cabo Delgado e Manica perfazem um total de 261.911ha. O custo total de cada delimitação varia entre US\$ 3,000 a US\$ 8,000, dependente do

tamanho das áreas e as condições topográficas e da cobertura vegetal encontrados no terreno. Todavia, os custos médios por hectare variam igualmente entre os USD\$ 0,1 a USD\$ 4,5 para Cabo Delgado e cerca de USD\$ 0,29 para Manica. Contudo, o processo de delimitação envolve custos e etapas que variam muito em relação à extensão, localização geográfica, relevo da parcela, entre outros factores.

A experiência na realização das delimitações mostra que o processo requer mais atenção por parte de todos intervenientes ligados a questões de terras e outros recursos naturais. Provedores e parceiros presentes nos seminários realizados sobre as experiências de delimitação, promovidos pela iTC, teceram as seguintes considerações ligadas ao processo de delimitação:

- A delimitação contribui para a redução de conflitos entre comunidades e investidores;
- É preciso envolver o sector privado – nomeadamente investidores ou concessionários quando presentes - no processo de delimitação com vista a promover parcerias e sinergias no âmbito da promoção do desenvolvimento económico local;
- A identificação e negociação de limites físicos/naturais é importante para evitar conflitos que surgem com base em limites imaginários entre comunidades, povoados, regulados etc.;
- Os requisitos do artigo 35 acarretam mais os custos ao processo de delimitação, e exige maior apoio financeiro para as comunidades;
- A divulgação do artigo 35 da lei de terras e suas implicações para processos de delimitação deve ser massificado a nível comunitário e não só;
- Deve haver maior colaboração na planificação do processo de delimitações entre os Provedores de Serviço e os SPGCs;
- O Georeferenciamento permite a actualização dos mapas oficiais;
- O processo de delimitação vai permitir maior clareza sobre o estado de conservação dos recursos naturais e potencia a planificação no seu uso e aproveitamento sustentável; e
- Necessário de se trabalhar com comunidades locais com vista a entender e documentar o seu relacionamento com a terra e outros recursos naturais, mesmo no caso em que área faça parte de um “território” maior (por ex. de um *regulado*) onde há também áreas de uso comum sujeito a decisões inter-comunitárias ou ao nível do Régulo. Não é todavia aconselhável no geral a delimitação de áreas correspondentes aos *regulados*, pelo seu tamanho e pelas dificuldades em desenhar e operacionalizar zoneamentos e planos de manejo e uso capazes de valorizar toda a extensão.

A experiência mostra que um processo de delimitação, mesmo que não resulte directamente na emissão do Certificado, o mesmo traz vantagens para as comunidades, porque ajuda na reconhecimento e valorização da terra e outros recursos de uso comunitário, a resolução e prevenção de conflitos e na canalização dos 20% sobre as taxas.

4 Constrangimentos e Desafios

A legislação da terra e outros recursos naturais de Moçambique é vista como a melhor lei da África Austral, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento das comunidades rurais, como principais actores na gestão da terra e de outros recursos naturais e as perspectivas que oferece na compatibilização dos interesses comunitários com os de investidores. No entanto, é importante referir que o debate para o qual as experiências registadas pela iTC e outros intervenientes pretendem contribuir, é da melhoria nos procedimentos que permitem a flexibilidade necessária, para valorizar o esforço feito junto as comunidades, para que estas possam usufruir melhor dos recursos naturais de que dispõem. O processo de delimitação e demarcação deverá ser claro, simples e oportuno, se as comunidades vão poder passar por ele e conseguir, por exemplo estabelecer as parcerias necessárias para o melhor aproveitamento e uso sustentável da terra e outros recursos naturais.

Actualmente, os principais desafios para a iTC resumem-se a questões de clareza sobre os limites de actuação relativamente a dimensão específica dos recursos a serem delimitados.

- Para a iTC está claro que no contexto actual estrategicamente a nossa actuação deve ser centrada na delimitação de recursos, no lugar de territórios. Além disso, as acções da iTC alargam-se a áreas de prevenção e mitigação de conflitos e a promoção de oportunidades de desenvolvimento, incluindo parcerias com investidores. O desafio nesta área refere-se ao facto de dadas as limitações impostas pelo art. 35, e a realidade económica das comunidades (i.e., incapacidade de desenvolver planos de negócios, inventários, falta de provedores de serviços ao nível local, etc.) no caso em que haja conflitos entre comunidades, qual seria resposta viável e oportuna da iTC?
- Credibilidade dos processos de delimitação e demarcação:
 - **Oportunidade:** os exemplos acima apresentados constituem um factor de desmotivação a aderência ao processos de delimitação e demarcação o que torna difícil todo o processo de constituição de possíveis parcerias que dependem da existência legal da posse do recurso em questão (ex., AFRICAWORKS em Gaza onde uma parceria ficou por estabelecer por ausência de um documento legal na posse da comunidade);
 - **Validade:** O exemplo dos casos conhecidos em Massingir e Mabalane que mesmo tendo já o certificado de certidão viram parte de suas terras reverterem a favor de outros interesses, sem nenhuma negociação;

O processo de preparação social melhora a capacitação das comunidades e conduz de modo eficaz a necessidade e processo de delimitação, pois este já contempla o DRP (Diagnóstico Rural Participativo), como processo prévio a elaboração de um plano de uso da terra / recursos naturais, entre outros.

Constitui ainda um desafio da iTC a integração nos processos de delimitação/demarcação de terras comunitárias a integração da componente DEL (Desenvolvimento Económico Local) quer através de procura de sinergias e parcerias público – privado incluindo FILL, a

integração aos programas de crédito de carbono, e a alocação dos *small grants* da iTC, entre outras formas de sua viabilização. Tal factor deve-se ao facto de se pretender evitar delimitar apenas por delimitar a terra ou outro recurso natural e tornar a terra e outros recursos naturais factores de desenvolvimento das comunidades rurais.

Apesar das comunidades não possuírem ainda os certificados e ou DUAT's, o simples facto do seu envolvimento no processo de legalização da terra oferece-lhes já um melhor conhecimento e alguma segurança de posse da terra e outros recursos naturais. Tal deve-se ao facto de conhecerem os seus limites, potencialidades e oportunidades e inclusive a capacidade de negociar a sua utilização por potenciais investidores.

Concluimos que as experiências da iTC em relação a delimitação e demarcação das terras continuam ainda bastante incipientes e por essa razão pretendemos avançar no enriquecimento das experiências, e na análise dos desafios, não apenas nas províncias de Cabo Delgado, Gaza e Manica mas também em Nampula, Niassa e Zambézia, através do apoio do MCA á iTC. Esperamos poder documentar no futuro experiências e lições que possam contribuir para o melhor entendimento das vantagens e procedimentos mais apropriados nas diversas situações, bem assim como as suas implicações para a política de terras.

Para além das questões acima referida gostaríamos de colocar outros pontos que se seguem e do qual achamos igualmente que merecem uma atenção acrescida, tendo em conta as ilações a tirar nos próximos anos de intervenção da iTC:

- Orientações mais precisas sobre quando é indicada a realização de uma delimitação ou a demarcação de terras comunitárias. De uma modo geral parece-nos que a demarcação se aplica em casos de acesso a antigas terras coloniais, em áreas actualmente concorridas e a menores áreas que tem empreendimentos específicos e dirigidos por associações comunitárias.
- Como deverão ser relacionadas e sequenciais as demarcações de áreas de Associações ou para DUATs de investidores privados com a delimitação e zoneamento das áreas comunitárias adjacentes ou sobrepostas?
- Detalhamento de orientações em relação a questão de zoneamento ou planos de uso e manejo internos de áreas delimitadas: o que iTC e outros já fizeram, e a informação a ser submetida aos SPGCs junto com os processos da delimitação.
- As vantagens de processos de delimitação como instrumento para lidar com questões que as consultas comunitárias para atribuição de DUATs aos privados e a importância do mesmo acontecer a nível das sub - chefias e comunidades com a devida participação das pessoas directamente afectadas.
- Procedimentos adequados para lidar com casos em que surgem propostas de demarcações individuais dentro áreas comunitárias, por ex. na parte de camponeses mais empreendedoras , membros da comunidade mais educados ou poderosos ou grupos vulneráveis, mulheres viúvas ou velhas solteiras etc. que merecem e necessitam de alguma protecção.

5 Considerações finais

Os processos de demarcação/delimitação, são onerosos e demorados. Sem intervenção das agências de desenvolvimento no apoio às comunidades rurais, os processos para a legalização e de aquisição de DUAT não estariam ao alcance das associações comunitárias de base.

Do ponto de vista de sustentabilidade, a legalização de associações e aquisição de DUAT/certificado promovem o investimento em infra-estruturas e equipamentos (moto-bombas) nas áreas demarcadas. Por outro lado, permite que as associações recorram aos bancos, FIIL e outras instituições para financiamento das suas actividades, como acontece com algumas associações legalizadas com apoio da iTC, em Gaza (Chibuto e Guijá) e Cabo Delgado (Mecúfi e Mueda).

Uma monitoria regular aos projectos em curso e encontros de coordenação com as DPA's e provedores de serviço pode reduzir o tempo que se leva na emissão dos documentos (DUAT/certificado).

As experiências da iTC na demarcação/delimitação de terras nas três províncias são apresentadas em detalhe nas Tabelas em anexo a este documento.

Anexos

Tabela 5: Resumo das Experiências da iTC na demarcação de terras em Gaza

Delimitação na prática: funções, resultados e desafios:	A Experiência do iTC Fase I (Fundo de Terras Comunitárias): resultados, custos e capacidades dos provedores de serviços e dos SPGC;
A experiência das províncias: resultados, capacidade humana e custos Vs. Benefícios	Foram demarcados 21 áreas de 21 associações comunitárias de base, com um total de 2.102,8 ha. O custo médio de demarcação de 1 ha foi de 300 USD. Em total foram beneficiadas 3.268 pessoas, membros das associações.
- Capacidade humana e técnica Vs. demanda comunitária	Limitada capacidade técnica dos Provedores de Serviço e fraco conhecimento da legislação agrária pelas comunidades rurais
- Nº. de delimitações efectuadas; desafios para finalizar os processos até o certificado/DUAT; as reacções dos governos provinciais	<ul style="list-style-type: none"> - Efectuadas 21 demarcações. - Os desafios para DUAT consistem em sensibilizar os governos distritais para acelerar as consultas comunitárias e os SPGC na tramitação processual. - As reacções dos Governos Provinciais é positiva na medida em que o DUAT incentiva investimentos em infra-estruturas e pequenos sistemas de rega nas áreas legalizadas.
- Áreas abrangidas	- 21 parcelas de terra que totalizam 2.102,8 ha.
- Critérios de selecção das comunidades alvo; motivos de delimitação	- Demanda por associações comunitárias de base para protecção de áreas agrárias.
- Assuntos de sensibilização; eventos, tempo exigido, etc..	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização sobre a existência do quadro legal sobre o associativismo e posse da terra. - Oportunidades oferecidas pela iTC para o DEL.
- Material e equipamento utilizado (tipo GPS, imagens satélite, cartas topográficas, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> - GPS - Marcos
- Nº. de população beneficiária; o impacto nas comunidades; a situação pós delimitação; benefícios concretos;	<ul style="list-style-type: none"> - 3.268 associados, - Oportunidade de investimentos em infra-estruturas nas terras demarcadas, exemplos, em perspectiva a construção de 5 pequenos sistemas de regadio nos distritos de Chibuto, Guijá e Bilene; e a construção de 4 lodges comunitários em Massingir, Mabalane, Chicualacuala e Manjacaze.
- A coordenação com os SPGC e a capacidade de resposta dos SPGCs aos pedidos da iTC e outros Facilitadores comunitários	- Em todos os distritos de intervenção da iTC existe pelo menos um técnico dos SPGC para facilitar a tramitação processual. Contudo, ainda nota-se excesso de burocracia na DPA o que atrasa a emissão do DUAT.
- Custos médios por ha delimitado/demarcado	O custo médio de demarcação de 1 ha foi de 300 USD.
- Desafios institucionais	- A iTC deve monitorar frequentemente os projectos em curso.

Delimitação na prática: funções, resultados e desafios:	A Experiência do iTC Fase I (Fundo de Terras Comunitárias): resultados, custos e capacidades dos provedores de serviços e dos SPGC;
	- Deve também sensibilizar a DPA para acelerar a tramitação processual.

Tabela 6: Resumo das Experiências da iTC na delimitação de terras em Manica

Delimitação na prática: funções, resultados e desafios:	A Experiência do iTC Fase I (Fundo de Terras Comunitárias): resultados, custos e capacidades dos provedores de serviços e dos SPGC.
A experiência das províncias: resultados, capacidade humana e custos Vs. Benefícios	Foram delimitadas 8 comunidades, com um total de 146651 ha. Das oito (8) delimitações uma (1) já foi submetida ao Ministro para aprovação; uma (1) vai ser enviado ao conselho de Ministros para aprovação; quatro (4) estão em processo de incorporação do plano de uso de terras/plano de negócios e(ou) zoneamento para validar o processo de delimitação; e duas (2) estão em curso as actividades de elaboração de Mapas. O custo médio de delimitação de 1 ha foi de USD 0.29. Em total foram beneficiadas cerca 14000 pessoas, membros das comunidades.
- Capacidade humana e técnica Vs. demanda comunitária	A capacidade de resposta existe uma vez que em todos os processos de delimitação os técnicos dos SPGC são envolvidos. Contudo, o aumento da demanda comunitária para processos de delimitação vai exigir um aumento na capacidade de recursos humanos a nível dos SPGC
- N.º de delimitações efectuadas; desafios para finalizar os processos até o certificado/DUAT; as reacções dos governos provinciais	- Desde o início do projecto, a província de Manica realizou um total de oito (8) delimitações, da qual faz um total aproximado de 146651 ha de terras delimitadas. Contudo, o principal desafio foi a implementação do artigo 35 da lei de terras
- Áreas abrangidas	- Foram delimitadas cerca de 146.651 ha com o financiamento da iniciativa, abrangido quatros distritos da província de Manica, nomeadamente: Gôndola (Comunidade de Nhauranga), Manica (Comunidade de Mutomboumue e Mucombue), Machze (Comunidade de Chymbia, Mpombo, Tuco-Tuco e Zihanga) e Sussundenga (Comunidade de Mpunga)
- Critérios de selecção das	- Principais critérios são a demanda comunitária.

Delimitação na prática: funções, resultados e desafios:	A Experiência do iTC Fase I (Fundo de Terras Comunitárias): resultados, custos e capacidades dos provedores de serviços e dos SPGC.
comunidades alvo; motivos de delimitação	Contudo, outros processos são envolvidos como por exemplo a Chamada de ideia e a preparação social, para identificar a necessidades de delimitação e oportunidades de desenvolvimento económico local. Os principais motivos da delimitação são a garantia de posse de terra, gestão de recursos naturais e promoção de desenvolvimento económico local.
- Assuntos de sensibilização; eventos, tempo exigido, etc..	- Durante o processo de delimitação são divulgadas as leis de terra, de floresta e fauna bravia e do ambiente. - Oportunidades oferecidas pela iTC para o DEL.
- Material e equipamento utilizado (tipo GPS, imagens satélite, cartas topográficas, etc.)	- GPS; imagens satélites; Mapas
- N.º de população beneficiária; o impacto nas comunidades; a situação pós delimitação; benefícios concretos;	- Desde o início de actividades da iTC, foram delimitadas 8 comunidades, beneficiando um total de cerca de 14.085 pessoas. A delimitação de terras comunitárias tem reduzido muitos conflitos de terras entre comunidades e é uma oportunidade que a comunidade tem para conhecer os limites da sua comunidade. Um dos exemplos práticos do impacto da delimitação em Manica foi o fim do conflito de terras entre a comunidade de Mpunga e Sanguene no distrito de Sussundenga. Em Mpunga, a delimitação foi oportunidade para gerar uma empresa mista (privado-comunidade) de turismo comunitário.
- A coordenação com os SPGC e a capacidade de resposta dos SPGCs aos pedidos da iTC e outros Facilitadores comunitários	- A capacidade de resposta dos SPGC é existente, pois a nível distrital existem técnicos capacitados para desempenhar esta actividade. Contudo, a implementação do processo a partir dos provedores de serviço exige uma planificação antecipada com os técnicos dos SPGC.
- Custos médios por ha delimitado/demarcado	O custo médio de delimitação de 1 ha foi de 0.29 USD.

Tabela 7: Resumo das Experiências da iTC na delimitação de terras em Cabo Delgado

Delimitação na prática: funções, resultados e desafios:	A Experiência do iTC (Iniciativa para Terras Comunitárias) na Fase 1: resultados, custos e capacidades dos provedores de serviços e dos SPGC
A experiência das províncias: resultados, capacidade humana e custos Vs. Benefícios	Foram delimitadas 8 terras comunitárias, numa área de 115.260. hectares em Mueda, Macomia, Meluco e Mecúfi. Uma demarcação esta em curso em Mecufi numa área de cerca de 6 ha Os custos de delimitação variam de 3.552 USD a 7.185,00 USD por comunidade.
- Capacidade humana e técnica Vs. demanda comunitária	Limitada capacidade técnica dos Provedores de Serviço e fraco conhecimento da legislação agrária pelas comunidades rurais
- Nº. de delimitações efectuadas; desafios para finalizar os processos até o certificado/DUAT; as reacções dos governos provinciais	<ul style="list-style-type: none"> • Efectuadas 8 delimitações ainda sem DUAT. • Alguns governos distritais não tinham noção de delimitação, incluindo as suas vantagens. A presidência aberta do Presidente Armando Guebuza, ajudou os dirigentes distritais a levarem mais a sério o processo. • Necessidade de ter um tempo limite para a tramitação dos processos, principalmente quando são áreas superiores a 1.000 hectares
- Áreas abrangidas	<ul style="list-style-type: none"> • Distrito de Mueda (Chapa Sede, Lipelua, Nanhala); Macomia (Bangala 1, Ntapula e Quiteraço); Mecúfi (Natuco sede);
- Critérios de selecção das comunidades alvo; motivos de delimitação	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda pelas comunidades ou associações comunitárias de base. Em alguns dos casos através da sugestão dos provedores de serviços que vêm uma oportunidade de intervenção nas comunidades com quem vem interagindo.
- Assuntos de sensibilização; eventos, tempo exigido, etc..	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização sobre a existência do quadro legal sobre o associativismo e posse da terra. • Oportunidades oferecidas pela iTC para o DEL.
- Material e equipamento utilizado (tipo GPS, imagens satélite, cartas topográficas, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Cartas topográficas • GPS
- Nº. de população beneficiária; o impacto nas comunidades; a situação pós delimitação; benefícios concretos;	<ul style="list-style-type: none"> • 8 CGRN , que representam 18.760 habitantes • Zonas ricas em recursos florestais. Já existem negociações directas com investidores, fazendo com que a comunidade ganhe algo com os seus recursos naturais. Estas zonas tem a vantagem de poderem obter os 20% de exploração florestal ou faunística
- A coordenação com os SPGC e a	<ul style="list-style-type: none"> • Tem existido encontros regulares da iTC e

Delimitação na prática: funções, resultados e desafios:	A Experiência do iTC (Iniciativa para Terras Comunitárias) na Fase 1: resultados, custos e capacidades dos provedores de serviços e dos SPGC
capacidade de resposta dos SPGCs aos pedidos da iTC e outros Facilitadores comunitários	provedores com SPGC para facilitar a tramitação processual. Contudo, ainda nota-se alguma burocracia para devolução do processo o que atrasa a emissão do DUAT.
- Custos médios por ha delimitado/demarcado	O custo médio de delimitação varia 0,1 Usd a 4,5 Usd/hectare e de demarcação de 1 ha foi de 3556,66Mt (equivalente a 118, 55 USD).
- Desafios institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Ter em Pemba representantes da Associação de Agrimensores Ajuramentados em Cabo Delgado. • Capacitar mais os provedores de serviço na matéria de delimitação de terras comunitárias